

**CREDISAN – COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DA REGIÃO
DA MOGIANA**

**BALANÇO PATRIMONIAL
(Em reais)**

ATIVO	31/12/2010	31/12/2009
CIRCULANTE	<u>37.495.664</u>	<u>28.702.312</u>
Disponibilidades	2.473.845	223.982
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.395.764	-
Títulos e valores mobiliários	14.559.499	2.050.889
Relações Interfinanceiras	3.630.935	12.567.366
Operações de crédito	12.692.777	11.184.938
Setor privado	15.490.439	13.699.320
(-) Provisão para operações de crédito	(2.797.662)	(2.514.382)
Outros créditos	1.321.569	1.325.942
Outros Valores e bens	421.275	1.349.185
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	<u>16.290.727</u>	<u>24.441.209</u>
Títulos e valores mobiliários		-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.456.040	2.131.311
Operações de crédito	12.890.727	12.988.974
Setor privado	14.278.203	13.951.102
(-) Provisão para operações de crédito	(1.387.476)	(962.128)
Outros créditos	943.960	9.320.924
PERMANENTE	<u>3.513.983</u>	<u>3.326.783</u>
Investimentos	2.020.944	1.924.966
Imobilizado	1.492.692	1.399.958
Diferido	347	1.858
TOTAL DO ATIVO	<u><u>57.300.374</u></u>	<u><u>56.470.303</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**CREDISAN – COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DA REGIÃO
DA MOGIANA**

**BALANÇO PATRIMONIAL
(Em reais)**

PASSIVO	31/12/2010	31/12/2009
CIRCULANTE	<u>50.116.703</u>	<u>39.589.583</u>
Depósitos	38.190.343	32.788.194
Depósitos à vista	9.886.285	8.984.027
Depósitos sob aviso	-	-
Depósitos a prazo	28.228.783	23.756.401
Conta investimento	75.275	47.766
Obrigações por empréstimos e repasses	-	-
Outras Obrigações	11.926.360	6.801.389
Sociais e estatutárias	79.022	123.212
Fiscais e previdenciários	3.119.569	2.268.219
Diversas	8.727.769	4.409.958
EXIGIVEL A LONGO PRAZO	<u>2.287.994</u>	<u>10.808.027</u>
Depósitos sob aviso	-	-
Obrigações por empréstimos e repasses	1.228.256	1.288.324
Outras obrigações	1.059.738	9.519.703
Sociais e estatutárias	24.073	10.684
Fiscais e previdenciários	1.035.665	9.509.019
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>4.895.677</u>	<u>6.072.693</u>
Capital Social	3.926.800	3.431.843
Reserva de reavaliação	517.348	540.955
Reserva legal	2.099.895	1.777.858
Sobras (Perdas) acumuladas	(1.648.366)	322.037
TOTAL DO PASSIVO	<u><u>57.300.374</u></u>	<u><u>56.470.303</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**CREDISAN – COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DA REGIÃO
DA MOGIANA**

DEMONSTRATIVO DE SOBRAS OU PERDAS (Em reais)

	<u>2010</u>		<u>2009</u>
	<u>2º Semestre</u>	<u>Exercício</u>	<u>Exercício</u>
Receitas da Intermediação Financeiras	<u>6.510.022</u>	<u>10.336.487</u>	<u>6.339.657</u>
Operações de crédito	3.171.283	6.259.767	5.289.683
Resultado de operações c/ títulos e valores mobiliários	3.054.473	3.496.822	87.629
Ingressos de depósitos intercooperativos	284.266	579.898	962.445
Despesas da Intermediação Financeira	<u>(2.552.478)</u>	<u>(4.651.405)</u>	<u>3.684.573</u>
Operações de captação no mercado	(1.263.031)	(2.306.481)	(1.941.104)
Operações de empréstimo, cessões e repasses	(2.058)	(13.403)	(38.394)
Provisão para operações de créditos	(1.287.389)	(2.331.521)	(1.705.075)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	<u>3.957.544</u>	<u>5.685.082</u>	<u>2.655.084</u>
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	<u>(5.972.984)</u>	<u>(6.683.029)</u>	<u>(1.767.827)</u>
Receitas de prestações de serviços	1.109.761	2.096.855	1.698.136
Despesas de pessoal e honorários da diretoria	(1.551.545)	(2.934.449)	(2.610.089)
Outras despesas administrativas	(1.794.802)	(3.279.687)	(2.581.710)
Despesas tributárias	(4.406.671)	(4.421.530)	(22.320)
Outras despesas operacionais	(77.781)	(138.315)	(115.673)
Outras receitas operacionais	748.054	1.994.097	1.863.829
Resultado Operacional	<u>(2.015.440)</u>	<u>(997.947)</u>	<u>887.257</u>
Resultado não Operacional	<u>(599.903)</u>	<u>(674.026)</u>	<u>(223.591)</u>
Participação de empregados nas sobras			(488)
Sobra (Perda) do Semestre/Exercícios	<u><u>(2.615.343)</u></u>	<u><u>(1.671.973)</u></u>	<u><u>663.178</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**CREDISAN – COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DA REGIÃO DA
MOGIANA
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em reais)**

	Capital Social	Reserva Reavaliação	Reserva Legal	Sobras/Perdas acumuladas	Total
Saldos em 30 de Junho de 2010	3.682.541	529.151	2.099.894	955.174	7.266.760
Integralização de capital	273.161				273.161
Baixas de capital	(28.901)				(28.901)
Realização de reserva de reavaliação		(11.803)		11.803	
Reclassificação					
Perda do semestre				(2.615.343)	(2.615.343)
Reserva Legal					
Fates					
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	3.926.801	517.348	2.099.894	(1.648.366)	4.895.677
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	3.431.843	540.955	1.777.858	322.037	6.072.693
Integralização de capital	552.462				552.462
Baixas de capital	(57.505)				(57.505)
Realização de reserva de reavaliação		(23.607)		23.607	
Reclassificação					
Ganho do exercício				(1.671.973)	(1.671.973)
Reserva Legal			322.037	(322.037)	
Fates					
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	3.926.800	517.348	2.099.895	(1.648.366)	4.895.677
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	2.851.862	564.561	1.248.576	197.693	4.862.692
Aumento de reserva					
Integralização de capital	649.329				649.329
Baixas de capital	(69.348)				(69.348)
Realização da reserva de reavaliação		(23.607)		23.607	-
Reclassificação			197.693	(197.693)	-
Ganho do exercício			-	663.178	663.178
Reserva Legal			331.589	(331.589)	-
Fundo de Assistência Técnica, Educativa e Social				(33.159)	(33.159)
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	3.431.843	540.955	1.777.858	322.037	6.072.693

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**CREDISAN – COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DA REGIÃO DA
MOGIANA**

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO
(Em reais)**

<u>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</u>	2º Sem/10	2010	2009
Sobras/(perdas) líquidas antes do imposto de renda e da contribuição social	(2.615.343)	(1.671.973)	663.178
Contas de resultado credoras	8.558.320	14.990.706	10.448.427
Contas de resultado devedoras	(11.173.663)	(16.662.679)	(9.785.249)
Apuração de resultado (imposto de renda e contribuição social)	-	-	-
Ajustes as sobras/perdas líquidas: (não afetaram o caixa)	60.555	116.961	117.811
Despesas de depreciação e amortização	60.555	116.961	117.811
(Despesas de amortização)	(708)	(1.511)	(6.170)
(Despesas de depreciação)	(59.847)	(115.450)	(111.642)
(Lucro)/Prejuízo na equivalência patrimonial	-	-	-
Rendas de ajustes em investimentos em coligadas e controladas	-	-	-
(Despesas de ajustes em investimentos em coligadas e controladas)	-	-	-
Outros ajustes.	-	-	-
Apuração de resultado (imposto de renda e contribuição social)	-	-	-
Variações patrimoniais: (afetaram o resultado/receitas e despesas)	4.406.438	3.614.079	(1.294.936)
Aplicações interfinanceiras de liquidez.	(264.453)	(264.453)	(968.089)
Aplicações interfinanceiras de liquidez	264.453	264.453	968.089
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(7.022.371)	(14.964.640)	69.426
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7.022.371	14.964.640	(69.426)
Relações interfinanceiras e interdependências.	8.246.649	8.936.431	(4.833.266)
Relações interfinanceiras	(8.246.649)	(8.936.431)	4.833.266
Relações interdependências	-	-	-
Relações interfinanceiras	-	-	-
Relações interdependências	-	-	-
Operações de crédito.	1.073.885	(1.409.592)	(983.086)
Operações de crédito	(1.073.885)	1.409.592	983.086
Outros créditos	8.512.042	8.381.337	(193.870)
Outros créditos	(8.512.042)	(8.381.337)	193.870
Outros valores e bens	300.104	927.909	(269.281)
Outros valores e bens	(300.104)	(927.909)	269.281
Depósitos	(2.165.037)	5.402.149	4.578.452
Depósitos	(2.165.037)	5.402.149	4.578.452
Obrigações por operações compromissadas.	-	-	-
Obrigações por operações compromissadas	-	-	-
Obrigações por empréstimos e repasses.	(28.413)	(60.068)	(1.049.983)
Empréstimos no país - instituições oficiais	-	-	-
Empréstimos no país - outras instituições	-	-	(997.808)
Empréstimos no exterior	-	-	-
Repasses do país - instituições oficiais	(28.413)	(60.068)	(52.175)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-
Outras obrigações .	(4.245.968)	(3.334.994)	2.294.761
Outras obrigações	(4.245.968)	(3.334.994)	4.811.619
Resultados de exercícios futuros	-	-	-
Receitas de exercícios futuros	-	-	-
Ajuste ao valor de mercado - TVM e IFD.	-	-	-
Ajuste ao valor de mercado - TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-
Outros ajustes.	-	-	-

CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.851.650	2.059.067	(513.947)
<u>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</u>			
Alienação de investimentos.			-
Alienação de imobilizado de uso			-
Aquisição de investimentos.	(25.589)	(95.978)	(51.228)
Aquisição de imobilizado de uso	(35.469)	(208.184)	(40.381)
Aplicação no diferido			-
Outros ajustes.			-
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(61.058)	(304.162)	(91.610)
Variações patrimoniais:			
Aumento/(redução) de capital	244.261	494.958	579.982
Aumento/(redução) de capital	244.261	494.958	579.982
Reservas de capital.			-
Reservas de capital			-
Reservas de reavaliação	(11.803)	(23.607)	(23.607)
Reservas de reavaliação	(11.803)	(23.607)	(23.607)
Reservas de lucros.			529.282
Reservas de lucros			529.282
Sobras ou perdas acumuladas	11.803	23.607	(505.675)
Sobras ou perdas acumuladas	11.803	23.607	(505.675)
Despesas de juros ao capital			-
Despesas de juros ao capital			-
Outros ajustes.			-
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	244.261	494.958	579.982
Aumento líquido de caixa e de equivalentes de caixa			
Aumento líquido de caixa e de equivalentes de caixa	2.034.853	2.249.863	(25.575)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	438.992	223.982	249.557
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	2.473.845	2.473.845	223.982

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

João Gilberto de Souza
Diretor Presidente

Percio Silveira dos Reis
Diretor de Crédito

Paulo Mauricio Ramos Fernandes
Diretor Administrativo

José Antonio dos Santos Mattos,
CRC 1 SP 109.133/0-4

COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DA REGIÃO DA MOGIANA - CREDISAN

NOTAS EXPLICATIVAS (Em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DA REGIÃO DA MOGIANA – CREDISAN** é uma sociedade cooperativa que visa proporcionar a mutualidade e assistência financeira aos associados em suas atividades específicas. A **CREDISAN** tem sede em São Paulo – Aguai, Águas da Prata, Altinópolis, Espírito Santo do Pinhal, Casa Branca, Cássia dos Coqueiros, São Sebastião da Gramma, Itobi, Divinolândia, Cajuru, Cadonde, São José do Rio Pardo, Tabiratiba, Santos Antonio do Jardim, Santa Rosa do Viterbo, Santa Cruz das Palmeiras, Tambaú, Estiva Gerbi, Águas de Lindóia, Amparo, Araras, Artur Nogueira, Conchal, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Itapira, Holambra, Jaguariúna, Limeira, Lindóia, Mogi Guaçu, Paulínia, Pedreira, Santo Antonio de Posse, Serra Negra, Mococa, Pirassununga, Vargem Grande do Sul. No estado de Minas Gerais – Albertina, Andradas, Arceburgo, Ibitiura de Minas, Jacutinga, Monte Sião, Borda da Mata, Bueno Brandão Caldas, Inconfidentes, Ipuina, Ouro Fino, Pouso Alegre, Santa Rita de Caldas, Senador José Bento, Guaranésia e Monte Santo de Minas, sendo instalados Postos de Atendimento Cooperativos – PAC’s nas cidades de Vargem Grande do Sul, Divinolândia, Espírito Santo do Pinhal, Albertina, Mococa, Arceburgo, São José do Rio Pardo, Andradas e Casa Branca. Tem sua constituição e funcionamento regulamentado pelas Normas e Regulamentos do Banco Central do Brasil (BACEN) e Conselho Monetário Nacional (CMN). É filiada à Cooperativa Central de Crédito Rural do Estado de São Paulo (SICOOB CENTRAL COCECRER) e acionista do Banco Cooperativo do Brasil S/A (BANCOOB).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e as alterações introduzidas pelas Lei n.o. 11.638/07 e a Lei 11.893/2008, para o registro contábil das operações associadas, quando aplicável às normas e instruções do BACEN, e às peculiaridades da legislação cooperativista. Estas demonstrações contábeis foram elaboradas no pressuposto da realização normal dos ativos e dos cumprimentos das obrigações, assim na necessidade de reestruturação de capital de giro e conseqüente adequação dos limites operacionais.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

- **Títulos e valores mobiliários e relações interfinanceiras:** estão atualizadas pelos rendimentos auferidos até a data do balanço.
- **Operações de crédito:** as operações pré-fixadas estão registradas pelo valor futuro, retificado pela conta de rendas a apropriar, e as operações pós-fixadas estão atualizadas até a data do balanço pelos índices contratados.
- **Provisão para operações de crédito:** constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização de valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, das garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica. O BACEN através da Resolução nº 2.682/99 introduziu os critérios para classificação das operações de crédito, definindo regras para a constituição da provisão para operações de

crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo).

- **Investimentos:** representações por participações societárias avaliadas ao custo de aquisição.
- **Imobilizado de uso:** os bens estão registrados ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. As depreciações estão calculadas pelo método linear, aplicando-se taxas que contemplem a estimativa de vida útil-econômica dos bens.
- **Diferido:** está demonstrado pelo valor dos gastos, deduzidos da amortização acumulada calculada pelo método linear em função do prazo dos benefícios futuros esperados.
- **Depósitos sob aviso e a prazo:** os depósitos pré-fixados estão registrados pelo valor futuro, deduzido pela conta de despesas a apropriar, e os depósitos pós-fixados estão atualizados até a data do balanço pelos índices contratados.
- **Obrigações por empréstimos e repasses:** estão atualizadas pelos encargos contratados até a data do balanço.
- **Demais ativos e passivos:** estão registrados pelo regime de competência, inclusive, quando aplicável, atualizados até a data do balanço.
- **Segregação do curto e longo prazo:** os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os com prazos superiores, no longo prazo.
- **Apuração do resultado:** as receitas e despesas estão reconhecidas pelo regime de competência.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Instituição financeira	Tipo de Aplicação	31/12/2010		31/12/2009
		Circulante	Longo Prazo	Circulante/ Longo Prazo
Banco Sofisa	CDI	-	-	
Banco do Brasil	Fundos	14.599.499	-	2.050.899
Banco Real	CDB	-	-	
Total		<u>14.599.499</u>	<u>-</u>	<u>2.050.899</u>

5. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Descrição	Operação	31/12/2010	31/12/2009
-----------	----------	------------	------------

Instituição financeira	Aplicação		
SICOOB CENTRAL COCECRER	RDC – CFM	1.984.299	1.618.224
SICOOB CENTRAL COCECRER	Centralização financeira	1.357.923	1.806.330
SICOOB CENTRAL COCECRER	Fundo diamante		-
SICOOB CENTRAL COCECRER	RDC		9.142.812
Serviços Financeiros	Outros		
Cheques e Outros Papéis	Diversos	<u>288.713</u>	
Total		<u><u>3.630.935</u></u>	<u><u>12.567.366</u></u>

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

— Composição por tipo de operação e prazo de vencimento

Descrições	31/12/2010		31/12/2009	
	Circulante	Longo Prazo	Circulante	Longo Prazo
Adiantamento a depositantes	703.510		548.669	-
Cheque especial e conta garantida	2.570.855		2.208.874	-
Empréstimos e títulos descontados	9.790.780	1.820.787	8.986.461	1.526.237
Financiamentos rurais - livres/repasses	2.425.294	12.457.416	1.955.317	12.424.865
Provisão para operações de crédito	(2.797.662)	(1.387.476)	(2.514.382)	(962.128)
Total	<u><u>12.692.777</u></u>	<u><u>12.890.727</u></u>	<u><u>11.184.939</u></u>	<u><u>12.988.974</u></u>

— Composição por nível de risco e situação de vencimento

Nível de risco	Provisão %	31/12/2010		31/12/2009	
		Vencidas	Vicendas	Vencidas	Vicendas
AA	0		12.317.927		11.743.491
A	0,5		6.602.016	146.626	10.698.056
B	1,0	187.608	1.430.369	71.476	477.784
C	3,0	115.534	3.255.529	79.775	410.389
D	10,0	97.919	1.048.513	92.431	216.076
E	30,0	23.484	69.057	35.407	453.066
F	50,0	65.827	1.281.914	17.908	503.955
G	70,0	73.118	127.818	29.279	28.583
H	100,0	1.418.814	1.653.197	1.267.315	1.378.803
		<u><u>1.982.303</u></u>	<u><u>27.786.339</u></u>	<u><u>1.740.217</u></u>	<u><u>25.910.203</u></u>

— Movimentação da provisão para operações de crédito

	31/12/2010	31/12/2009
	Exercício	Exercício
Saldo inicial	<u><u>(3.476.511)</u></u>	<u><u>(2.829.067)</u></u>
Créditos recuperados	(1.015.630)	(711.200)

Créditos baixados para prejuízo	1.005.955	1.011.698
Constituição da provisão	(1.185.172)	(1.448.249)
Reversão da provisão	486.219	500.308
Saldo final	(4.185.139)	(3.476.510)

— Programa Especial de Saneamento de Ativos (PESA)

Durante os exercícios de 1998 a 2003 foram feitas, pela Cooperativa, renegociações com base no Programa Especial de Saneamento de Ativos (PESA), cujo saldo em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 10.798.023. Essas operações são garantidas por Títulos do Tesouro Nacional, corrigidos a taxa de 12% a.a. e atualizados pelo IGP-M, cujos vencimentos ocorrerão em 2019 a 2023. O valor principal da dívida é atualizado pelo IGP-M, sem a incidência de juros. Estas operações, classificadas em nível de risco “AA”, estão contabilizadas em financiamentos rurais próprios de longo prazo, assim não estão avaliados de acordo com os critérios de classificação de risco da Res. 2682, quanto ao art. 3º sobre a classificação das operações de crédito de um mesmo cliente ou grupo econômico definida considerando aquela que apresentar maior risco quanto ao risco. Este fato é devido que na data do vencimento dos contratos dessas operações de créditos serão liquidados através do Certificado do Tesouro Nacional-CTN, garantidores das operações.

7. OUTROS CRÉDITOS

Descrições	31/12/2010		31/12/2009	
	Circulante	Longo Prazo	Circulante	Longo Prazo
Rendas a receber	54.760	454.914	101.991	234.126
Adiantamento diversos	508.229	-	487.438	-
Depósitos judiciais	-	489.046	-	472.017
Impostos e contribuições a compensar	-	-	-	8.614.781
Títulos e Créditos a Receber	660.577	-	674.506	-
Devedores Diversos – país	98.002	-	62.007	-
Total	1.321.569	943.960	1.325.942	9.320.924

8. OUTROS VALORES E BENS

Descrições	31/12/2010	31/12/2009
Bens não de uso próprio	403.511	1.332.790
Material em estoque	8.360	6.782
Despesa antecipada	9.405	9.613
Total	421.276	1.349.185

9. INVESTIMENTOS

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
SICOOB CENTRAL COCECRER	1.825.357	1.774.179
Banco Cooperativo do Brasil S/A - BANCOOB	195.587	150.787
Total	<u>2.020.944</u>	<u>1.924.966</u>

10. IMOBILIZADO EM USO

Descrição	Taxa de depreciação anual	Custo	31/12/2010	Líquido	31/12/2009
	%		Depreciação Acumulada		Líquido
Edificações	4	1.330.000	(159.746)	1.170.254	1.223.454
Móveis e equipamentos	10	122.543	(91.562)	30.981	18.857
Instalações	10	169.912	(80.771)	89.141	45.418
Sistema de processamento de dados	20	394.408	(281.833)	112.575	79.053
Sistema de comunicação	10	80.769	(8.840)	71.929	7.261
Sistema de segurança	10	22.300	(13.447)	8.853	10.957
Sistema de transporte	20	30.000	(21.041)	8.959	14.959
Total		<u>2.149.932</u>	<u>(657.240)</u>	<u>1.492.692</u>	<u>1.399.958</u>

11. DIFERIDO

Descrição	Taxa de depreciação anual	Custo	31/12/2010	Líquido	31/12/2009
	%		Amortização Acumulada		Líquido
Benfeitorias	20	10.424	(10.077)	347	1.858
Outros	20				-
Total		<u>10.424</u>	<u>(10.077)</u>	<u>347</u>	<u>1.858</u>

12. REAVALIAÇÃO DE BENS

Durante o exercício de 2007 a Cooperativa procedeu a uma reavaliação, a valor de mercado, consubstanciada em laudo emitido por peritos, de bens pertencentes ao ativo imobilizado, conforme segue:

Descrição	<u>Valor Contábil</u>	<u>Complemento</u>	<u>Reavaliado</u>
Edificações	556.095	773.905	1.330.000

13. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

	<u>Banco do Brasil</u>	<u>Banco do Brasil</u>	<u>Bancoob</u>	<u>Bicbanco</u>	<u>Banco Sofisa</u>	<u>Cocecrer</u>	<u>Total</u>
Finalidade	Custeio	Securitizadora	Custeio	Custeio	Custeio	PESA	
Vencimento final	28/3/2014	31/10/2025	30/4/2007	13/11/2008	24/11/2008	25/1/2019	
2010 Circulante	-	-	-	-			
Longo Prazo	317.406					910.850	1.228.256
Total	317.406					910.850	1.228.256
2009 Circulante	-	-	-	-			
Longo Prazo	377.474	-	-	-		910.850	1.288.324
Total	377.474	-	-	-		910.850	1.288.324

Os encargos da securitização são de 2,96% ao ano e os custeios de 8,75% e 9,50% ao ano. As garantias são notas promissórias, avais, penhor de produto e aplicações financeiras vinculada ao empréstimo.

14. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Descrições	<u>31/12/2010</u>		<u>31/12/2009</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Longo Prazo</u>	<u>Circulante</u>	<u>Longo Prazo</u>
Sociais e Estatutárias				
Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social – FATES	497	-	27.712	-
Cotas de capital a pagar	78.525	24.072	95.500	10.684
	79.022	24.072	123.212	10.684
Fiscais e previdenciárias				
Impostos e contribuições a recolher	144.842	185.737	299.336	
Contingências Fiscais	2.974.727	849.928	1.968.883	9.509.019
	3.119.569	1.035.665	2.268.219	9.509.019

Diversas				
Cheques Administrativos	8.279.661	-	4.191.721	-
Diversas	448.108	-	218.237	-
	<u>8.727.769</u>	<u>-</u>	<u>4.409.958</u>	<u>-</u>

15. CAPITAL SOCIAL

É representado pelas quotas-partes de 6.937 cooperados em 31 de dezembro de 2010, (6.200) cooperados em 31 de dezembro de 2009). De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito a um voto independentemente do número de suas cotas partes. O capital social integralizado pode ser remunerado com juros de até 12 % ao ano, a critério da Diretoria Executiva, caso haja sobras no exercício. No exercício não foram atribuídos esses juros.

16. RESERVAS E FUNDOS

RESERVA DE REAVLIAÇÃO: Constituída no exercício de 2007 pelo valor da diferença positiva da reavaliação efetuada nas edificações da cooperativa, sendo:

Complemento	Imposto Diferido	Saldos	
		31/12/20010	31/12/2009
773.905	(185.737)	517.348	564.651

A reserva de reavaliação é amortizada pelo prazo de vida útil remanescente do bem e realizada totalmente pela baixa do ativo reavaliado, transferido os valores para sobras/perdas acumuladas na proporção da realização dos ativos.

RESERVA LEGAL: é constituída com base no percentual mínimo de 10% (dez por cento), até o máximo de 50% das sobras líquidas do exercício. É uma reserva indivisível, destinada a reparar perdas e atender ao desenvolvimento das atividades da cooperativa.

FUNDO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA EDUCACIONAL E SOCIAL – FATES: é constituído com base no percentual de 5% (cinco por cento) das sobras líquidas do exercício. É um fundo indivisível, destinado a prestar assistência aos associados e seus familiares e, quando previsto em Estatuto, aos funcionários da cooperativa. Atendendo à instrução do BACEN, o fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade.

17. SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS

As sobras ou perdas acumuladas no exercício são distribuídas e apropriadas conforme a Lei 5.764/71 (Lei das Sociedades Cooperativas), Estatuto Social, normas do BACEN e posterior deliberação da Assembléia Geral Ordinária – AGO.

18. GARANTIAS PRESTADAS

Existem outras transações junto a Secretaria do Tesouro Nacional (securitização) nos montantes de R\$ 2.207.000 em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 2.174.974 em 31 de dezembro de 2009), para as quais a Cooperativa também é avalista.

19. Contingências

A Cooperativa é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. Considerando o prognóstico dos processos administrativos e judiciais em andamento classificados em perda provável, possível ou remota, realizado pelos nossos assessores legais, registramos a provisão para perdas prováveis. Portanto, uma contingência é reconhecida em nosso balanço quando (a) a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída como consequência de um evento passado; (b) é provável que recursos sejam exigidos para liquidar a obrigação; e (c) o montante da obrigação possa ser estimado com suficiente segurança. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas de risco envolvidas e analisadas caso a caso, de acordo com consultas realizadas junto aos nossos assessores legais e consultores jurídicos internos, assim destacamos os seguintes fatos:

19.1. Execução Fiscal da Dívida Ativa nº 80 2 07 016331-30

Com base em instrução ajuizada no processo o valor atualizado até 06 de fevereiro de 2008 no valor de R\$ 13.137.201,51, foi dado despacho em 13 de dezembro de 2010 pelo procurador da Fazenda Nacional quanto à improcedência de sua inscrição e o cancelamento imediato com devolução ao órgão de origem para providências cabíveis.

19.2. Execução Fiscal da Dívida Ativa nº 80 6 07 037852-54

Com os mesmos fundamentos mencionados no item anterior foi solicitado cancelamento da dívida inscrita no valor de R\$ 3.350.738,20, atualizado até 06 de fevereiro de 2008, não havendo despacho até a presente data, entretanto de acordo com entendimento dos consultores jurídicos segue a mesma linha de definição mencionada no item anterior, não havendo, portanto, provisão para eventual contingência.

19.3. Provisão Para Passivo Fiscal Federal

Com base em entendimento dos consultores jurídicos sobre as probabilidades de perdas contingenciais consideradas como prováveis, o saldo de R\$ 2.974.724, refere-se a tributos relativos a IRRF e CPMF, com inscrição na dívida ativa da união, devidamente atualizada até 31/12/2010.

19.3. Provisão Para Passivo Fiscal Federal

O saldo da conta no valor de R\$ 489.046, 00 composto nesta conta em 31/12/2010 é referente a um processo de isenção da Cofins, cujo valor foi depositado judicialmente estando contabilizado na conta de impostos e contribuições a compensar.

19.3. Provisão Para Passivo Trabalhista

De acordo com entendimento dos consultores jurídicos sobre as probabilidades de perdas consideradas como prováveis, o saldo de R\$ 360.882,00, refere-se a valores para fazer face em eventuais contingências de processos trabalhistas existentes em, devidamente atualizada até 31/12/2010.

João Gilberto de Souza
Diretor Presidente

Percio Silveira dos Reis
Diretor de Crédito

Paulo Mauricio Ramos Fernandes
Diretor Administrativo

José Antonio dos Santos Mattos,
CRC 1 SP 109.133/0-4

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ilmos. Senhores - Cooperados e Administradores da

COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DA REGIÃO DA MOGIANA

São João da Boa Vista – (SP)

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da **COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DA REGIÃO DA MOGIANA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a

respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis.

Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos

relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

Em 30 de dezembro de 2010, está contabilizado na conta de aplicações interfinanceiras de liquidez, aplicação em debêntures com saldo de R\$2.456.000,00, cuja documentação suporte está sendo levantada sob o ponto de vista legal.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para opinião com ressalva, as demonstrações contábeis referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DA REGIÃO DA MOGIANA** em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Ênfase

Reestruturação de capital de giro

As operações (ativas e passivas) realizadas em exercícios anteriores apresentam a necessidade de uma reestruturação de capital de giro e adequação dos limites e riscos operacionais. As demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2010 foram elaboradas, conforme nota explicativa nº 2, de acordo com as práticas contábeis aplicáveis a uma Instituição no curso normal de suas atividades, pressupondo a realização dos seus ativos e o cumprimento das suas obrigações. Assim, os aspectos mencionados neste Relatório devem ser considerados em uma avaliação da continuidade normal das operações da **COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DA REGIÃO DA MOGIANA**. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Operações de crédito PESA

As operações de créditos realizadas sob a modalidade do Programa de Saneamento Agrícola - PESA com saldo em 31 de dezembro de 2010 no valor de R\$ 10.798.022,00, conforme nota explicativa nº 6, não estão avaliados de acordo com os critérios de classificação de risco da Res. 2682, quanto ao art. 3º sobre a classificação das operações de crédito de um mesmo cliente ou grupo econômico definida considerando aquela que apresentar maior risco quanto ao risco. Este fato é devido que na data do vencimento dos contratos dessas operações de créditos serão liquidados através do Certificado do Tesouro Nacional-CTN, garantidores das operações. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

A execução fiscal inscrito na dívida ativa nº 8007037852-54 no valor de R\$ 3.350.738,00 atualizado até 6 de fevereiro de 2008, conforme nota explicativa nº 19.2, não foi constituída provisão para fazer face em eventual perda considerando o entendimento dos consultores jurídicos sobre seu desfecho favorável a Cooperativa, portanto nossa opinião não contém ressalva sobre esse assunto.

Outros Assuntos - Auditoria dos Valores Correspondentes ao Exercício Anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 01 de março de 2010, que conteve modificação quanto a adequação das operações de créditos e a forma de contabilização das aplicações financeiras das debêntures.

São Paulo, 02 de março de 2011.

TBRT - ITIKAWA AUDITORES INDEPENDENTES

CRC 2SP021239/O-9

NIVALDO SABURO YAMAMOTO

CONTADOR CRC 1SP195282/O-9

MARCO ANTONIO FABBRI

CONTADOR CRC 1SP148961/O-2